



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005346-92.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Fausto Aparecido da Silva de Souza**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado uma linha telefônica junto à ré (nº (16) 3366-6075) pelo valor mensal de R\$ 14,90, mas recebeu faturas posteriormente em valor superior e também relativas a outra linha (nº 3366-8511).

Pagou uma delas e almeja à declaração de inexigibilidade dos débitos a ela relativos, com a restituição do valor pago, além da remessa de novas faturas com observância da linha e do valor contratados.

A ré em contestação limitou-se a assentar a inexistência de falha na prestação de seus serviços.

Como se vê, o autor expressamente refutou ter efetuado a contratação da linha telefônica nº 3366-8511 e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, observo que a "tela" de fl. 09 foi confeccionada unilateralmente pela ré e por si só não firma a certeza da contratação aludida.

Como se não bastasse, a ré foi por demais desidiosa no curso do feito.

Foi instada (fl. 106, item 2) a manifestar-se especificamente sobre o documento de fl. 02, que dá conta da linha adquirida pelo autor, mas não o fez (fls. 109/110).

Diante disso, determinou-se ao menos que esclarecesse e comprovasse quem seria o titular da linha mencionada pelo autor (fl. 213, item 2), mas novamente permaneceu silente quanto ao assunto.

Esses elementos evidenciam a negligência da ré, reconhecendo-se por isso de um lado que nada de concreto leva à ideia de que o autor contratou os serviços da linha nº 3366-8511 e, de outro, que os inerentes à linha nº (16) 3366-6075 foram ajustados pelo autor no importe mensal de R\$ 14,90.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: 1) declarar a inexigibilidade em face do autor dos débitos relativos à linha telefônica nº 3366-8511; 2) condenar a ré a restituir ao autor a quantia de R\$ 37,51, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época do pagamento de fl. 03), e juros de mora, contados da citação; 3) determinar à ré que remeta ao autor as faturas relativas à linha nº (16) 3366-6075 no valor mensal de R\$ 14,90.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida (item 2) no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação que lhe foi imposta (item 3) na forma da Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

P.R.I.

São Carlos, 22 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**